



**Demonstrações Financeiras Individuais  
Preparadas de Acordo com Práticas  
Contábeis Adotadas no Brasil - Aplicáveis  
as Instituições Financeiras**

**Banco Original do Agronegócio S.A.**

**31 de dezembro de 2016**

<b>ÍNDICE</b>	<b>Pág.</b>
<b>Relatório da Administração</b>	<b>1</b>
<b>Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Demonstrações Financeiras</b>	
Balanços Patrimoniais	<b>5</b>
Demonstrações dos Resultados	<b>7</b>
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	<b>8</b>
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	<b>9</b>
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras</b>	
Nota 1 . Contexto Operacional	<b>10</b>
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	<b>10</b>
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis	<b>10</b>
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de caixa	<b>12</b>
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	<b>13</b>
Nota 6 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	<b>13</b>
Nota 7 . Relações Interfinanceiras	<b>16</b>
Nota 8 . Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	<b>16</b>
Nota 9 . Outros Créditos	<b>18</b>
Nota 10 . Outros Valores e Bens	<b>19</b>
Nota 11 . Participações em Coligadas e Controladas	<b>20</b>
Nota 12 . Imobilizado de Uso	<b>20</b>
Nota 13 . Captação de Recursos e Obrigações por Repasses	<b>21</b>
Nota 14 . Outras Obrigações	<b>21</b>
Nota 15 . Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	<b>22</b>
Nota 16 . Patrimônio Líquido	<b>22</b>
Nota 17 . Limites Operacionais	<b>23</b>
Nota 18 . Partes Relacionadas	<b>23</b>
Nota 19 . Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	<b>24</b>
Nota 20 . Despesas de Pessoal	<b>24</b>
Nota 21 . Outras Despesas Administrativas	<b>24</b>
Nota 22 . Despesas Tributárias	<b>25</b>
Nota 23 . Outras Receitas Operacionais	<b>25</b>
Nota 24 . Outras Despesas Operacionais	<b>25</b>
Nota 25 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	<b>25</b>
Nota 26 . Estrutura de Gerenciamento de Risco	<b>25</b>
Nota 27 . Outras Informações	<b>26</b>

**Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:**

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Este relatório, assim como as demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

● **Desempenho nos Negócios**

**1. Resultados**

Em 31 de Dezembro de 2016, o Banco apresentou lucro líquido no semestre de R\$ 25.121, contra um lucro de R\$ 4.972 apresentados no ano de 2015. O resultado com operações de crédito, que inclui receita de juros e recuperação de créditos baixados como prejuízo, apresentou R\$ 32.360 no exercício de 2016, na comparação com o mesmo período de 2015 o resultado foi de R\$ 14.246.

**2. Ativos**

O total de ativos atingiu R\$ 144.861 (31/12/2015 - R\$ 187.334), e é representado principalmente por:

Descrição	2016	2015
Aplicações Interfinanceiras	84.649	82.419
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	42.755	66.729
Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito	15.021	31.299

A carteira de crédito ao término do exercício atingiu R\$ 15.021, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 10.927, correspondente a 73% da carteira total, em 2015 correspondiam a R\$ 31.299 e R\$13.971, respectivamente, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99.

**3. Patrimônio Líquido**

O Patrimônio Líquido resultante ao final do exercício foi de R\$ 128.429 (2015 - R\$ 110.434), composto da seguinte maneira:

Descrição	2016	2015
Capital Social	109.123	109.123
Ajustes de Avaliação Patrimonial	85	(289)
Reservas de Lucros	19.221	1.600
Prejuízos Acumulados	-	-

● **Agência de Rating**

As agências internacionais de rating atribuem notas qualificando a situação financeira do Banco, a tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto prazo		Longo prazo	
	Escala Nacional		Escala Global	
Moody's <sup>(1)</sup>	BR - 2	Baa1.br	NP	B1

(1) Dezembro 2016

● **Governança Corporativa**

**1. Gerenciamento de Riscos e Controles**

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo as regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

O Banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

**Risco de Crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

**Risco de Mercado:** possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

**Risco de Liquidez:** possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

**Risco Operacional:** possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

**Gestão de Capital:** é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeita, frente a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

● **Ouvidoria**

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão. No exercício de 2016 e 2015 não houve abertura de demanda na ouvidoria direcionada ao Banco Original do Agronegócio.

● **Relacionamento com os Auditores**

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o exercício os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 29 de março de 2017.

**Diretoria**

**Contador**

Maximiliano da Silva de Jesus - CRC - 1SP194.580/O-6

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas do  
Banco Original do Agronegócio S.A.  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original do Agronegócio S.A, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras Informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

São Paulo, 29 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto  
Contador CRC 1SP167455/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativo Circulante</b>		<b>106.014</b>	<b>160.427</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>148</b>	<b>103</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>5</b>	<b>84.649</b>	<b>82.419</b>
Aplicações no Mercado Aberto		84.649	82.419
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>6</b>	<b>15.504</b>	<b>59.960</b>
Carteira Própria		15.504	45.719
Vinculados à Prestação de Garantias		-	14.170
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.2	-	71
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>7</b>	<b>37</b>	<b>27</b>
Créditos Vinculados:		<b>37</b>	<b>27</b>
Depósitos no Banco Central		37	27
<b>Operações de Crédito</b>	<b>8</b>	<b>1.172</b>	<b>14.773</b>
Setor Privado		5.279	26.746
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(4.107)	(11.973)
<b>Outros Créditos</b>	<b>9</b>	<b>4.504</b>	<b>3.143</b>
Rendas a Receber		2.000	-
Créditos Tributários	9.a.1	1.418	3.125
Diversos	9.c	1.086	18
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>2</b>
Despesas Antecipadas		-	2
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>38.259</b>	<b>26.067</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>6</b>	<b>27.251</b>	<b>6.769</b>
Carteira Própria		22.727	-
Vinculados à Prestação de Garantias		4.524	6.769
<b>Operações de Crédito</b>	<b>8</b>	<b>2.922</b>	<b>2.555</b>
Setor Privado		9.742	4.553
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(6.820)	(1.998)
<b>Outros Créditos</b>		<b>8.086</b>	<b>16.743</b>
Créditos Tributários	9.a.1	8.003	16.653
Diversos		83	90
<b>Permanente</b>		<b>588</b>	<b>840</b>
<b>Investimentos</b>	<b>11</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Participações em Coligadas e Controladas:		100	100
No País		100	100
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>12</b>	<b>488</b>	<b>740</b>
Outras Imobilizações de Uso		1.922	3.295
(Depreciações Acumuladas)		(1.434)	(2.555)
<b>Total do Ativo</b>		<b>144.861</b>	<b>187.334</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
<b>Passivo Circulante</b>		<b>13.932</b>	<b>73.006</b>
<b>Depósitos</b>	<b>13.a</b>	<b>2.060</b>	<b>66.950</b>
Depósitos à Vista		934	1.335
Depósitos a Prazo		1.126	65.615
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>13.b</b>	<b>-</b>	<b>5.331</b>
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		-	5.331
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		3	3
<b>Outras Obrigações</b>		<b>11.869</b>	<b>722</b>
Sociais e Estatutárias		6.375	-
Fiscais e Previdenciárias	14.a	5.175	148
Negociação e Intermediação de Valores		-	236
Diversas	14.b	319	338
<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>		<b>2.500</b>	<b>3.894</b>
<b>Depósitos</b>	<b>13.a</b>	<b>237</b>	<b>992</b>
Depósitos a Prazo		237	992
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>13.b</b>	<b>-</b>	<b>940</b>
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		-	940
<b>Outras Obrigações</b>		<b>2.263</b>	<b>1.962</b>
Diversas	14.b	2.263	1.962
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>16</b>	<b>128.429</b>	<b>110.434</b>
Capital Social:		<b>109.123</b>	<b>109.123</b>
De Domiciliados no País	16.a	109.123	109.123
Reservas de Lucros	16.d	19.221	1.600
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	85	(289)
<b>Total do Passivo</b>		<b>144.861</b>	<b>187.334</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
<b>Receitas de Intermediação Financeira</b>		<b>10.241</b>	<b>49.028</b>	<b>29.239</b>
Receita de Operações de Crédito	8.g	1.089	32.360	14.246
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.3	9.152	16.685	19.318
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.3	-	(17)	(4.217)
Resultado de Operações com Câmbio		-	-	(108)
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(453)</b>	<b>(4.694)</b>	<b>(14.649)</b>
Operações de Captação no Mercado	13.a.1	(453)	(4.694)	(14.644)
Operações de Empréstimos e Repasses		-	-	(5)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira Antes da Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>		<b>9.788</b>	<b>44.334</b>	<b>14.590</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(4.490)	1.144	(809)
<b>Resultado da Intermediação Líquida da Provisão para Perda de Crédito</b>		<b>5.298</b>	<b>45.478</b>	<b>13.781</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(5.058)</b>	<b>(6.431)</b>	<b>(9.078)</b>
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	19	301	3.276	41
Despesas de Pessoal	20	(88)	(175)	(142)
Outras Despesas Administrativas	21	(4.649)	(8.243)	(8.917)
Despesas Tributárias	22	(532)	(1.095)	(958)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	-	-	29
Outras Receitas Operacionais	23	85	128	1.173
Outras Despesas Operacionais	24	(175)	(322)	(304)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>240</b>	<b>39.047</b>	<b>4.703</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>		<b>240</b>	<b>39.047</b>	<b>4.703</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>25</b>	<b>3.279</b>	<b>(13.904)</b>	<b>269</b>
Provisão para Imposto de Renda		790	(1.963)	-
Provisão para Contribuição Social		612	(1.616)	-
Ativo Fiscal Diferido		1.877	(10.325)	269
Participação nos Lucros		(7)	(22)	-
<b>Lucro/ (Prejuízo) do Semestre/ Exercício</b>		<b>3.512</b>	<b>25.121</b>	<b>4.972</b>
<b>Juros Sobre Capital Próprio</b>		<b>(7.500)</b>	<b>(7.500)</b>	<b>-</b>
<b>Lucro/ (Prejuízo) Líquido por Ação - em (100.000.000) Ações</b>		<b>0,0351</b>	<b>0,2512</b>	<b>0,0497</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BANCO ORIGINAL DO AGRONEGÓCIO S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>		<b>104.015</b>	-	<b>1.736</b>	-	<b>14</b>	-	<b>105.765</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	(303)	-	(303)
Utilização Reserva Legal		-	-	(405)	-	-	405	-
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	4.972	4.972
Destinações:								
Constituição de Reserva Legal		-	-	269	-	-	(269)	-
Aumento de Capital		-	5.108	-	-	-	(5.108)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b>		<b>104.015</b>	<b>5.108</b>	<b>1.600</b>	-	<b>(289)</b>	-	<b>110.434</b>
<b>Mutações do Exercício</b>		-	<b>5.108</b>	<b>(136)</b>	-	<b>(303)</b>	-	<b>4.669</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b>		<b>104.015</b>	<b>5.108</b>	<b>1.600</b>	-	<b>(289)</b>	-	<b>110.434</b>
Aumento de Capital Homologação Bacen	16.a	5.108	(5.108)	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	-	-	-	-	374	-	374
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	25.121	25.121
Destinações:								
Constituição de Reserva Legal/Estatutária	16.d	-	-	1.256	16.365	-	(17.621)	-
Juros sobre Capital Próprio	16.c	-	-	-	-	-	(7.500)	(7.500)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016</b>		<b>109.123</b>	-	<b>2.856</b>	<b>16.365</b>	<b>85</b>	-	<b>128.429</b>
<b>Mutações do Exercício</b>		-	-	<b>1.256</b>	<b>16.365</b>	<b>374</b>	-	<b>17.995</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2016</b>		<b>109.123</b>	-	<b>2.680</b>	<b>20.529</b>	<b>(138)</b>	-	<b>132.194</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	223	-	223
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	3.512	3.512
Destinações:								
Constituição reserva legal/Estatutária		-	-	176	-	-	(176)	-
Reversão Reserva Legal/Estatutária		-	-	-	(4.164)	-	4.164	-
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	(7.500)	(7.500)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016</b>		<b>109.123</b>	-	<b>2.856</b>	<b>16.365</b>	<b>85</b>	-	<b>128.429</b>
<b>Mutações do Semestre</b>		-	-	<b>176</b>	<b>(4.164)</b>	<b>223</b>	-	<b>(3.765)</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	31/12/2016	31/12/2015
<b>Atividades Operacionais</b>				
<b>Lucro Líquido do Semestre/Exercício</b>		<b>3.512</b>	<b>25.121</b>	<b>4.972</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre/ Exercício</b>		<b>2.792</b>	<b>9.708</b>	<b>1.157</b>
<b>Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>8.e</b>	<b>4.490</b>	<b>(1.144)</b>	<b>809</b>
Carteira de crédito		4.490	(1.144)	809
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	<b>11</b>	-	-	(29)
Depreciações e Amortizações	<b>21</b>	144	330	453
Ajuste a Valor de Mercado		-	-	35
Tributos Diferidos		(1.877)	10.325	(269)
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	<b>24</b>	28	175	158
Provisão de Participações no Lucro		7	22	-
<b>Lucro Líquido do Semestre/ Exercício</b>		<b>6.304</b>	<b>34.829</b>	<b>6.129</b>
<b>Variações em Ativos e Passivos</b>				
<b>Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(110)</b>
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		36.822	11.319	23.501
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(70)	10	98
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(26.584)	16.278	82.152
Redução (Aumento) em Outros Créditos		1.392	(1.068)	4.280
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		16	2	-
Aumento (Redução) em Depósitos		(270)	(65.645)	(46.516)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		-	-	14.758
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		2.899	(6.271)	(30.501)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		110	-	(214)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		19.020	11.448	(65.125)
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais</b>		<b>39.639</b>	<b>902</b>	<b>(11.548)</b>
<b>Atividades de Investimento</b>				
Aquisição/Baixa de Imobilizado de Uso		1.375	1.373	-
Aumento de Capital Subscrito em Controlada		-	-	-
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento</b>		<b>1.375</b>	<b>1.373</b>	<b>-</b>
<b>Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>41.014</b>	<b>2.275</b>	<b>(11.548)</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/ Exercício</b>		<b>43.783</b>	<b>82.522</b>	<b>94.070</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre/Exercício</b>	<b>4</b>	<b>84.797</b>	<b>84.797</b>	<b>82.522</b>
<b>Aumento/Redução Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>41.014</b>	<b>2.275</b>	<b>(11.548)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### 1. Contexto Operacional

O Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento e investimento, de crédito imobiliário e rural, operações compromissadas e mercado de câmbio, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

### 2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 29 de março de 2017 e serão divulgadas, no endereço eletrônico [www.original.com.br](http://www.original.com.br).

### 3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

#### a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata dia" para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

#### b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

#### c) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

São demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

#### d) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Nota 4

#### e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

#### f) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2011 os títulos são registrados no Ativo Circulante independente de sua data de vencimento.
- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2016 não haviam títulos mantidos até o vencimento.

#### **g) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observado as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Conglomerado para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

#### **h) Outros ativos**

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata dia", incorridos até a data do balanço.

#### **i) Despesas Antecipadas**

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

#### **j) Permanente**

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

##### **j.1) Imobilizado de Uso**

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10 anos. Nota 12

#### **k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment")**

É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. No semestre findo em 31 de dezembro de 2016, foi efetuado um estudo e não foram identificados indícios de Impairment.

#### l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata dia".

#### m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como sendo o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei. As instituições financeiras, durante o ano de 2015, estiveram sujeitas a alíquota de 15% no período de janeiro a agosto e de 20% a partir de setembro, com a entrada em vigor da Lei nº 13.169/15, fruto de conversão da MP nº 675/15. As demais empresas, tiveram sua tributação mantida pela alíquota de 9% durante todo o exercício. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018.

#### n) Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem outra alternativa senão de liquidar a obrigação.

#### o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS 0,65% e a COFINS 4% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "despesas tributárias".

#### p) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

#### q) Partes Relacionadas

O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota 18b, de acordo com os requerimentos de divulgação do CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/09.

#### r) Resultado por Ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

#### s) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de cada uma das entidades, conforme permite o Art.202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976. No exercício de 2016 foram deliberados dividendos na forma de JCP vide nota 16.c .

### 4. Caixa e Equivalentes de caixa

#### Composição

Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira  
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)  
**Total**

	31/12/2016	31/12/2015
	148	103
	84.649	82.419
<b>Total</b>	<b>84.797</b>	<b>82.522</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## 5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2016	31/12/2015
				Total	Total
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>84.649</b>	-	-	<b>84.649</b>	<b>82.419</b>
<b>Posição Bancada</b>	<b>84.649</b>	-	-	<b>84.649</b>	<b>82.419</b>
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	84.649	-	-	84.649	82.419
<b>Total</b>	<b>84.649</b>	-	-	<b>84.649</b>	<b>82.419</b>
<b>Circulante</b>				<b>84.649</b>	<b>82.419</b>
<b>Longo Prazo</b>				-	-

As operações compromissadas encontram-se custodiadas na CETIP - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e os lastros das operações no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

## 6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

### a) Títulos e Valores Mobiliários

#### a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

##### a.1.1) Títulos para Negociação

	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	31/12/2016	31/12/2015
			Valor Contábil	Valor Contábil
<b>Carteira Própria</b>				
<b>Títulos Públicos</b>				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.866	9	7.875	10.611
<b>Títulos Privados</b>				
Ações de Companhia Abertas <sup>(1)</sup>	15.504	-	15.504	-
<b>Total</b>	<b>23.370</b>	<b>9</b>	<b>23.379</b>	<b>10.611</b>
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>				
<b>Títulos Públicos</b>				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.216	5	4.221	-
<b>Total</b>	<b>4.216</b>	<b>5</b>	<b>4.221</b>	-

(1) Ações com a JBS

##### a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda

	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	31/12/2016	31/12/2015
			Valor Contábil	Valor Contábil
<b>Carteira Própria</b>				
<b>Títulos Públicos</b>				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	14.694	158	14.852	35.108
<b>Total</b>	<b>14.694</b>	<b>158</b>	<b>14.852</b>	<b>35.108</b>
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>				
<b>Títulos Públicos</b>				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	300	3	303	20.939
<b>Total</b>	<b>300</b>	<b>3</b>	<b>303</b>	<b>20.939</b>

### a.2) Classificação e Vencimento

#### a.2.1) Títulos para Negociação

	Sem vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2016	31/12/2015
					Total	Total
<b>Carteira Própria</b>						
<b>Títulos Públicos</b>						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	7.875	7.875	10.611
<b>Títulos Privados</b>						
Ações de Companhia Abertas <sup>(1)</sup>	15.504	-	-	-	15.504	-
<b>Total</b>	<b>15.504</b>	-	-	<b>7.875</b>	<b>23.379</b>	<b>10.611</b>
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>						
<b>Títulos Públicos</b>						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	4.221	4.221	-
<b>Total</b>	-	-	-	<b>4.221</b>	<b>4.221</b>	-

(1) Ações da JBS S.A.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### a.2.2) Títulos Disponíveis para Venda

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2016	31/12/2015
				Total	Total
<b>Carteira Própria</b>					
<b>Títulos Públicos</b>					
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	14.852	14.852	35.108
<b>Total</b>	-	-	<b>14.852</b>	<b>14.852</b>	<b>35.108</b>
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>					
<b>Títulos Públicos</b>					
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	303	303	20.939
<b>Total</b>	-	-	<b>303</b>	<b>303</b>	<b>20.939</b>
<b>Total dos Títulos Disponíveis para Venda</b>	-	-	<b>15.155</b>	<b>15.155</b>	<b>56.047</b>
<b>Circulante Vinculados a prestação de garantias</b>				-	<b>14.170</b>
<b>Longo Prazo Vinculados a prestação de garantias</b>				<b>4.524</b>	<b>6.769</b>
<b>Circulante Carteira própria</b>				<b>15.504</b>	<b>45.719</b>
<b>Longo Prazo Carteira própria</b>				<b>22.727</b>	-

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

### a.3) Resultado com Operações de Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre	01/01 a	01/01 a
		31/12/2016	31/12/2015
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.331	9.484	12.662
Rendas de Títulos de Renda Fixa	1.917	6.028	6.656
Resultado Renda Variável <sup>(1)</sup>	1.904	1.173	-
<b>Total</b>	<b>9.152</b>	<b>16.685</b>	<b>19.318</b>

(1) Resultado com ações da JBS S.A

### b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 26.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de:

- Atender às necessidades de dos clientes, ; e
- Realizar a gestão das exposições da carteira ao risco de mercado e de taxa de juros.

O Banco segrega suas exposições em carteiras de negociação (trading) e de não negociação (banking), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Circular 3.354/2007, que estabelece critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras.

As posições onde há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira trading da Instituição. Neste caso, diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- VaR Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e "holding period" estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;
- Stress Test; e
- Stop Loss.

Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira de não negociação, composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2016, o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente como "hedge" nos termos da Circular CMN nº 3082/2002.

Carteira Trading - dez/2016		Value at Risk		dez/15
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Média	Fechamento	Fechamento
Pré-fixado	Taxa de Juros pré-fixada	8.363	47	1.274
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	26	0	-
Milho	Preço do Milho CEPEA	25	0	-
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	1.862	270	2178
Índice Bolsa	Índice de Ações Bolsa	248	0	-
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	13.314	14.474	10.432
Exposição com Correlação		18.291	14.033	10.623

  

Carteira Banking - dez/2016		Teste de Estresse		dez/15
Risco		Média	Fechamento	Fechamento
Risco de Taxa de Juros		29.449	27.123	56.661

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação. Os valores de resultados das operações ocorridas no semestre estão demonstradas como segue:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial do Contrato
<b>Swap</b>						
<b>Posição Ativa</b>	-	-	-	63	71	828
IPCA <sup>(1)</sup>	-	-	-	63	71	828
<b>Posição Passiva</b>	-	-	-	-	-	(828)
IPCA	-	-	-	-	-	(828)
<b>Diferencial Líquido</b>	-	-	-	63	71	-

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

	31/12/2016			31/12/2015	
	Custo - Valor a Receber/(a Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor Referencial Total	Valor de Mercado	Referencial dos Contratos
<b>Resumo</b>					
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	-	-	-	8	828
Contratos de Mercado Futuro a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	60.718
<b>Total</b>	-	-	-	8	61.546

### b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	31/12/2016			31/12/2015	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
<b>Valores a Receber/(Pagar) a Mercado</b>					
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	71
<b>Total</b>	-	-	-	-	71

	31/12/2016			31/12/2015	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
<b>Valores Referenciais dos Futuros*</b>					
DDI	-	-	-	-	59.356
DI	-	-	-	-	1.362
<b>Total</b>	-	-	-	-	60.718

\* Referem-se aos valores referenciais nas datas de vencimento.

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&FBovespa, foram requeridas margens de garantia em títulos, no valor de R\$ 303 (31/12/2015 - R\$ 20.939), representados por NTN.

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP e na BM&FBovespa.

### b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	Receita	Despesa	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
			Resultado	Resultado
"Swap"	5	(8)	(3)	48
DI	4	(18)	(14)	23
DDI	-	-	-	(1.558)
Moedas	-	-	-	(2.730)
<b>Total</b>	9	(26)	(17)	(4.217)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## 7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no BACEN no montante de R\$ 34 ativo, para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

## 8. Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa

### a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Empréstimos e Títulos Descontados</b>	<b>15.021</b>	<b>28.329</b>
<b>Empréstimos</b>	<b>15.021</b>	<b>28.329</b>
Cédula de Produto Rural (CPR) <sup>(1)</sup>	13.648	25.387
Capital de Giro	1.373	2.938
Cheque Especial	-	4
<b>Financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>2.970</b>
Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) <sup>(2)</sup>	-	1.069
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) <sup>(3)</sup>	-	1.901
<b>Sub-Total</b>	<b>15.021</b>	<b>31.299</b>
<b>Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(10.927)</b>	<b>(13.971)</b>
<b>Total</b>	<b>4.094</b>	<b>17.328</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.172</b>	<b>14.773</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>2.922</b>	<b>2.555</b>

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Instrumento originado pela existência de direitos de crédito imobiliário com pagamento parcelado. A cédula é emitida pelo credor, com o objetivo de facilitar e simplificar a cessão do crédito e podem contar ou não com garantia.

(3) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

### b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

				31/12/2016	31/12/2015
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Parcelas a Vencer Acima de 360 dias		Total	Total
		Vencidas até 14 dias			
<b>Setor Privado</b>					
Rural	565	4.714	9.742	15.021	30.142
Indústria	-	-	-	-	1.153
Pessoas Físicas	-	-	-	-	4
<b>Total</b>	<b>565</b>	<b>4.714</b>	<b>9.742</b>	<b>15.021</b>	<b>31.299</b>

### c) Concentração de Crédito

			31/12/2016		31/12/2015	
	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	15.021	100%	10.927	100%	31.215	99,73%
50 Maiores Devedores Seguintes	-	0%	-	0%	84	0,27%
<b>Total</b>	<b>15.021</b>	<b>100%</b>	<b>10.927</b>	<b>100%</b>	<b>31.299</b>	<b>100%</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

#### d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura da posição "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 31 de Dezembro de 2016. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de "rating" e os percentuais estipulados na Resolução CMN n° 2.682/1999.

Nível de Risco	Carteira de Créditos				31/12/2016
	% Provisão	Curso	Curso	Total	Provisão
	Mínima Requerida	Normal <sup>(1)</sup>	Anormal <sup>(1)</sup>		Requerida
G	70%	13.648	-	13.648	9.553
H	100%	-	1.373	1.373	1.373
<b>Total</b>		<b>13.648</b>	<b>1.373</b>	<b>15.021</b>	<b>10.927</b>

Nível de Risco	Carteira de Créditos				31/12/2015
	% Provisão	Curso	Curso	Total	Provisão
	Mínima Requerida	Normal <sup>(1)</sup>	Anormal <sup>(1)</sup>		Requerida
A	0,5%	1.138	-	1.138	6
B	1%	1.153	-	1.153	12
C	3%	2.124	-	2.124	64
E	30%	7.064	10.192	17.256	5.177
G	70%	-	3.050	3.050	2.135
H	100%	3.478	3.100	6.578	6.578
<b>Total</b>		<b>14.957</b>	<b>16.342</b>	<b>31.299</b>	<b>13.971</b>

(1) Curso normal refere-se a contratos vincendos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal a contratos vincendos e vencidos a partir de 15 dias.

#### e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Saldo Inicial</b>	<b>13.971</b>	<b>30.787</b>
Constituição Líquida de Reversão	(1.143)	809
Baixa para Prejuízo	(1.901)	(17.625)
<b>Saldo Final</b>	<b>10.927</b>	<b>13.971</b>
<b>Circulante</b>	<b>(4.107)</b>	<b>(11.973)</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>(6.820)</b>	<b>(1.998)</b>
<b>Créditos Recuperados <sup>(1)</sup></b>	<b>30.292</b>	<b>2.482</b>

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

No exercício de 2016, os créditos renegociados são de R\$ 21.783 (31/12/2015 – R\$ 12.453) e a PCLD é de R\$ 9.593 (31/12/2015 - R\$ 8.202) relativo as operações vencidas e repactuadas. O Saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 27.

#### f) Cessão de Crédito

##### f.1) Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução n° 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registrados na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de Dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.

##### Com Transferência Substancial de Risco

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios no primeiro semestre de 2016 são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. Efetuamos a venda da carteira no valor de R\$ 33.253 conforme segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Valor da venda carteira ativa <sup>(1)</sup>	6.293	-
Valor da venda carteira baixada para prejuízo <sup>(2)</sup>	26.960	-
<b>Valor total da Venda <sup>(3)</sup></b>	<b>33.253</b>	<b>-</b>

(1) Não houve lucro na cessão a venda foi realizada pelo valor contábil da carteira e neste montante não está refletida a eventual reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

(2) O montante de R\$ 26.960 foi considerado como recuperação de créditos baixados para prejuízo.

(3) O valor total da cessão foi feita com partes relacionadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**g) Resultado de Operações de Crédito**

	<b>2º Semestre</b>	<b>01/01 a 31/12/2016</b>	<b>01/01 a 31/12/2015</b>
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	-	-	13
Rendas de Empréstimos	(1.069)	2.068	11.213
Rendas de Financiamentos	-	-	568
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo (Nota 8.e) <sup>(1)</sup>	2.158	30.292	2.482
Perdas com Créditos Incobráveis	-	-	(30)
<b>Total</b>	<b>1.089</b>	<b>32.360</b>	<b>14.246</b>

(1) No exercício de 2016 o impacto de R\$ 26.960 nessa rubrica refere-se a recuperação de prejuízo com a cessão da carteira de crédito. (Nota 8.f.1)

**9. Outros Créditos**

**a) Créditos Tributários**

**Créditos Fiscais Diferidos**

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>19.778</b>	<b>19.229</b>
Constituições	5.696	8.533
Reversões	(16.054)	(7.984)
<b>Saldo Final</b>	<b>9.420</b>	<b>19.778</b>
<b>Débitos Fiscais Diferidos (Nota 14.a)</b>		
<b>Saldo Inicial</b>	<b>54</b>	<b>42</b>
Constituições	378	1.149
Reversões	(54)	(1.137)
<b>Saldo Final</b>	<b>378</b>	<b>54</b>

**a.1) Ativo Fiscal Diferido**

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas IRPJ 25% e CSLL 20% até dezembro de 2018).

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Créditos Tributários" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Prejuízo Fiscal	5.243	8.707
<b>Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%</b>	<b>1.311</b>	<b>2.177</b>
Base Negativa de Contribuição Social	5.247	8.710
<b>Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 20%</b>	<b>1.049</b>	<b>1.742</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10.927	13.971
Provisão para Contingências Trabalhistas	2.246	1.956
Provisão para Despesas Administrativas	172	164
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	550
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	-	(26)
Ajustes Futuro - DI e DDI	104	-
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(5)	-
Perdas em Operações de Crédito	2.236	18.570
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	15.679	35.186
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	15.679	35.186
<b>Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%</b>	<b>3.920</b>	<b>8.797</b>
<b>Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20% <sup>(1)</sup></b>	<b>3.136</b>	<b>7.037</b>
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	550
Ajustes Futuro - DI e DDI	104	-
<b>Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS</b>	<b>104</b>	<b>550</b>
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
<b>Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos</b>	<b>5</b>	<b>26</b>
<b>Total do Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>9.421</b>	<b>19.778</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.418</b>	<b>3.125</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>8.003</b>	<b>16.743</b>

(1) Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### a.2) Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2016	31/12/2015
Ajuste negativo ao valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	-	37
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	635	-
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	161	-
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(37)	(2)
Ajuste DI e DDI futuro	-	76
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste DI futuro - 4,65%	-	(4)
<b>Total de Diferenças Temporárias- IRPJ</b>	<b>759</b>	<b>108</b>
<b>Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%</b>	<b>190</b>	<b>27</b>
<b>Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%</b>	<b>152</b>	<b>22</b>
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	161	-
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	635	37
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	76
<b>Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS</b>	<b>796</b>	<b>113</b>
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
<b>Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos</b>	<b>37</b>	<b>5</b>
<b>Total do Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>379</b>	<b>54</b>
<b>Circulante</b>	<b>379</b>	<b>54</b>

### a.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	31/12/2016			31/12/2015		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2016	-	-	-	3.125	54	3.071
2017	1.418	379	1.039	6.198	-	6.198
2018	2.464	-	2.464	6.125	-	6.125
2019	5.539	-	5.539	2.957	-	2.957
A partir de 2020	-	-	-	1.373	-	1.373
<b>Total</b>	<b>9.421</b>	<b>379</b>	<b>9.042</b>	<b>19.778</b>	<b>54</b>	<b>19.724</b>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

### b) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2016, considerando a taxa de captação projetada para o período é de R\$ 8.072 (31/12/2015 - R\$ 16.108).

### c) Outros Créditos - Diversos

	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	1.083	5
Devedores por Depósitos em Garantia	<b>83</b>	<b>90</b>
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 15.b.1)	83	90
Adiantamentos Salariais/Outros	2	13
Devedores Diversos - País <sup>(1)</sup>	1	-
<b>Total</b>	<b>1.169</b>	<b>108</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.086</b>	<b>18</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>83</b>	<b>90</b>

(1) Valores pendentes em transitórias de empréstimos que serão liquidados em D+

### 10. Outros Valores e Bens

	31/12/2016	31/12/2015
Despesas Antecipadas	-	2
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>2</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>2</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## 11. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)			31/12/2016	
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Participação Direta	Direta e Indireta	Participação Direta e Indireta
<b>Controladas do Banco</b>					
Original APP Ltda <sup>(1)</sup>	Intermediação	-	0,00%		0,00%
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	Investimento	99.999	99,99%		99,99%

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido/ (Prejuízo) 01/01 a 31/12/2016	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
			31/12/2016	31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
<b>Controladas do Banco</b>						
Original APP Ltda <sup>(1)</sup>	-	-	-	-	-	29
Original Investimentos Imobiliários Ltda. <sup>(2)</sup>	100	-	100	100	-	-
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>29</b>

(1) O investimento alienado em novembro de 2015 com Partes relacionadas.

(2) Em fase pré-operacional, com capital a integralizar;

## 12. Imobilizado de Uso

### a) Imobilizado de uso

Outras Imobilizações de Uso	Custo	Depreciação	31/12/2016		31/12/2015	
			Residual	Residual	Residual	Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	240	(117)	123		137	
Sistemas de Processamento de Dados	1.422	(1.147)	275		542	
Sistemas de Segurança e Comunicações	259	(169)	90		61	
<b>Total</b>	<b>1.921</b>	<b>(1.433)</b>	<b>488</b>		<b>740</b>	

### b) Movimentação do Imobilizado de Uso

Outras Imobilizações de Uso	31/12/2015				31/12/2016	
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo Final	
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	137	-	(5)	(6)		126
Sistemas de Processamento de Dados	542	1.096	-	(1.365)		273
Sistemas de Segurança e Comunicações	61	30	-	(2)		89
<b>Total</b>	<b>740</b>	<b>1.126</b>	<b>(5)</b>	<b>(1.373)</b>		<b>488</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### 13. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses

#### a) Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2016		31/12/2015	
					Total	Total	Total	Total
Depósitos à Vista	934	-	-	-	934	-	1.335	-
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE <sup>(1)</sup>	-	1.126	-	237	1.363	237	66.607	-
<b>Total</b>	<b>934</b>	<b>1.126</b>	<b>-</b>	<b>237</b>	<b>2.297</b>	<b>237</b>	<b>67.942</b>	<b>-</b>
<b>Circulante</b>					<b>2.060</b>		<b>66.950</b>	
<b>Longo Prazo</b>					<b>237</b>		<b>992</b>	

(1) Os depósitos a prazo possuem cláusula de resgate antecipado.

Em 31 de Dezembro de 2016 os Depósitos a Prazo estão compostos por DPGE no montante de R\$ 1.126 (31/12/2015 - R\$ 63.175) e CDB no montante de R\$ 237 (31/12/2015 - R\$ 3.432).

O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB), com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 109% do CDI (31/12/2015 - 98% e 115,5% do CDI e IPCA 109%). Para operações de DPGE com taxas pós-fixadas praticadas de 106% do IPCA. (31/12/2015 - 108% do CDI ou 106,10% a 108,3% do IPCA).

#### a.1) Despesa de Captação no Mercado

	01/01 a		01/01 a	
	2º Semestre	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	(431)	(4.382)	(12.830)	(12.830)
Captação no Mercado Aberto	(3)	(150)	(138)	(138)
LCA	(18)	(157)	(1.652)	(1.652)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	(1)	(5)	(24)	(24)
<b>Total</b>	<b>(453)</b>	<b>(4.694)</b>	<b>(14.644)</b>	<b>(14.644)</b>

#### b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	31/12/2016		31/12/2015	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
LCA	-	-	-	6.271
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.271</b>
<b>Circulante</b>				<b>5.331</b>
<b>Longo Prazo</b>				<b>940</b>

### 14. Outras Obrigações

#### a) Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e Contribuições a Recolher	<b>1.217</b>	<b>94</b>
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	20	22
Impostos e Contribuições sobre Salários	7	6
I.R.R.F. a recolher s/ Juros Capital Próprio	1.125	-
I.R.- s/ operações de renda fixa	-	66
Outros	65	-
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	<b>3.579</b>	-
Provisão para Imposto de Renda	1.963	-
Provisão para Contribuição Social	1.616	-
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 9.b.2)	379	54
<b>Total</b>	<b>5.175</b>	<b>148</b>
<b>Circulante</b>	<b>5.175</b>	<b>148</b>

#### b) Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 16.b.1.1)	2.263	1.962
Provisão para Pagamentos a Efetuar	<b>184</b>	<b>201</b>
Despesas de Pessoal	36	8
Outras despesas administrativas	2	26
Outros pagamentos	146	167
Subscrições de capital a integralizar <sup>(1)</sup>	100	100
Credores Diversos - Exterior/País	35	37
<b>Total</b>	<b>2.582</b>	<b>2.300</b>
<b>Circulante</b>	<b>319</b>	<b>338</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>2.263</b>	<b>1.962</b>

(1) Constituído por capital a integralizar da Original Investimentos Imobiliários Ltda. (nota 11)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## 15. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões

### a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

### b) Provisões e Passivos Contingentes

#### b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas devidos.

Em 31 de dezembro de 2016 o Banco possuía depósitos judiciais no montante de R\$ 83 (31/12/2015 - R\$ 90).

#### b.1.1) Movimentação das Provisões para Processos Trabalhistas

	01/01 a	01/01 a
	31/12/2016	31/12/2015
	Trabalhistas	Trabalhistas
<b>Saldo Inicial</b>	<b>1.962</b>	<b>2.726</b>
Constituição	175	176
Atualização Monetária	415	331
Reversão	(289)	(1.271)
<b>Saldo Final</b>	<b>2.263</b>	<b>1.962</b>

#### b.2) Provisões para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos.

Para esses processos não foram efetuados depósitos judiciais.

#### b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2016 o Banco não possui processos de natureza cível classificados como possível. Para processos de natureza trabalhista, no exercício de 2016 e 2015, o banco possui os seguintes montantes de passivo contingente classificado como perda possível:

	01/01 a	01/01 a
	31/12/2016	31/12/2015
Processos Trabalhistas	195	98
<b>Total</b>	<b>195</b>	<b>98</b>

## 16. Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social de R\$ 109.123 (31/12/2015 - R\$109.123) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Ordinárias R\$	Total	Ordinárias R\$	Total R\$
De Domiciliados no País	109.123	109.123	109.123	109.123
<b>Total</b>	<b>109.123</b>	<b>109.123</b>	<b>109.123</b>	<b>109.123</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**b) Ajuste de Avaliação Patrimonial**

Refere - se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN que foi no valor de R\$ 374 resultando no montante de R\$ 85 (31/12/2015 - R\$ (289)).

**c) JCP e Dividendos**

Em 31 de dezembro de 2016 conforme AGE, o Banco provisionou JCP dos acionistas no montante de R\$ 7.500, o qual após a retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15% na forma de legislação em vigor, resulta no montante líquido de 6.375 sendo pago ao acionista. O benefício fiscal reconhecido no resultado foi de R\$ 3.375

**d) Reserva de Lucros**

**d.1) Reserva Legal**

A reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro de exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão Estatuto Social e legislação vigente. Em 31 de dezembro de 2016 foi constituída reserva legal no valor de R\$ 1.256 resultando no montante de R\$ 2.856 ( 31/12/2015 - 1.600).

**d.2) Reserva Societária**

A reserva estatutária é constituída por determinação da instituição como destinação de uma parcela do lucro do exercício. Em 31 de dezembro de 2016 foi constituída reserva no montante de R\$ 16.365 ( 31/12/2015- Não foi constituída reserva estatutária).

**17. Limites Operacionais**

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita, frente a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções 4.192 e 4.193 de 2013 definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nestas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pela Instituição.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, nos termos da Resolução 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro.

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Patrimônio de Referência Nível I	1.837.621	1.956.339
<b>Patrimônio de Referência (Nível I e II)</b>	<b>1.837.621</b>	<b>1.956.339</b>
<b>RWA (Patrimônio de Referência Exigido)</b>	<b>9.139.736</b>	<b>6.821.406</b>
RWA <sub>MPAD</sub> (Parcelas de Risco de Mercado)	1.240.323	5.850.627
RWA <sub>OPAD</sub> (Parcela de Risco Operacional)	555.151	495.803
RWA <sub>CPAD</sub> (Parcela de Risco de Crédito)	7.344.262	474.976
<b>Índice de Basileia III e II <sup>(1)</sup></b>	<b>20,1%</b>	<b>28,7%</b>

(1) Para fins de apuração do índice de Basileia, o conglomerado de forma conservadora, e em linha com os conceitos de Basileia de uma gestão prudencial, está excluindo o impacto da venda da marca na apuração do Nível I e a Exposição de RWA, afim de demonstrar a não alavancagem dos negócios até que haja o efetivo recebimento das parcelas em aberto pela venda da marca. O índice de Basileia não excluiu os impactos mencionados é de 22,9%.

Em 2016 e 2015 o Banco mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 10,5%, e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco da instituição.

O Banco divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico [www.original.com.br](http://www.original.com.br).

Adicional ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em dezembro de 2016 e 2015, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

**18. Partes Relacionadas**

**a) Participação Acionária**

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro 2016 e 2015:

Acionistas	<b>31/12/2016</b>		<b>31/12/2015</b>	
	<b>Ações Ordinárias</b>		<b>Ações Ordinárias</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>(%)</b>	<b>Quantidade</b>	<b>(%)</b>
<b>(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)</b>				
J&F Participações Ltda. (J&F) <sup>(1)</sup>	99.000.000	99%	99.000.000	99%
Pessoas Físicas (PF)	1.000.000	1%	1.000.000	1%
<b>Total</b>	<b>100.000.000</b>	<b>100%</b>	<b>100.000.000</b>	<b>100%</b>

(1) Empresa de investimentos (Holding).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**b) Transações com Partes Relacionadas**

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2016	31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
<b>Aplicações em Operações Compromissadas</b>	<b>84.663</b>	<b>82.419</b>	<b>6.381</b>	<b>8.969</b>
Banco Original S.A. <sup>(1)</sup>	84.663	82.419	6.381	8.969
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	-	-	<b>1.930</b>	-
Banco Original S.A. <sup>(1)</sup>	-	-	1.930	-
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>15.504</b>	-	<b>621</b>	-
JBS S.A. (JBS)	15.504	-	621	-
<b>Depósito a Vista</b>	<b>(54)</b>	<b>(81)</b>	-	-
JBS Holding Internacional S.A.	(29)	(29)	-	-
JBS S.A. (JBS)	(19)	(49)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(6)	-	-	-
Original Negócios Agropecuários Ltda	-	(3)	-	-
<b>Depósito a Prazo</b>	-	<b>(356)</b>	-	<b>(59)</b>
Original Negócios Agropecuários Ltda	-	(356)	-	(59)
<b>JCP a Pagar</b>	<b>(6.375)</b>	-	-	-
J&F Participações Ltda. (Nota 16.c)	(6.375)	-	-	-

(1) Controlado pela J&F;

**19. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas**

	2º Semestre	01/01 a	01/01 a
		31/12/2016	31/12/2015
Intermediação e Assessoria Financeira	-	3.272	38
Outras Prestações de Serviços <sup>(1)</sup>	301	4	3
<b>Total</b>	<b>301</b>	<b>3.276</b>	<b>41</b>

(1) Refere-se a câmbio, tarifa bancária e outras prestações de serviços.

**20. Despesas de Pessoal**

	2º Semestre	01/01 a	01/01 a
		31/12/2016	31/12/2015
Remuneração	(56)	(112)	(87)
Encargos	(17)	(36)	(26)
Benefícios	(15)	(27)	(29)
<b>Total</b>	<b>(88)</b>	<b>(175)</b>	<b>(142)</b>

**21. Outras Despesas Administrativas**

	2º Semestre	01/01 a	01/01 a
		31/12/2016	31/12/2015
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(595)	(1.020)	(1.300)
Depreciações e Amortizações	(144)	(330)	(453)
Propaganda e Publicidade <sup>(1)</sup>	(191)	(321)	(828)
Comunicações	(180)	(303)	(484)
Processamento de Dados	(2.105)	(4.373)	(4.653)
Aluguéis	(16)	(29)	(57)
Transportes e Viagens	-	-	(130)
Serviços de Vigilância e Segurança	(2)	(3)	(3)
Manutenção e Conservação de Bens	(4)	(10)	(63)
Serviços do Sistema Financeiro	(291)	(395)	(251)
Material	-	-	(1)
Outras	(1.121)	(1.459)	(694)
<b>Total</b>	<b>(4.649)</b>	<b>(8.243)</b>	<b>(8.917)</b>

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## 22. Despesas Tributárias

	<b>2º Semestre</b>	<b>01/01 a 31/12/2016</b>	<b>01/01 a 31/12/2015</b>
Despesa com COFINS	(406)	(759)	(721)
Despesa com ISS	(15)	(164)	(2)
Despesa com PIS/Pasep	(66)	(123)	(117)
Outras	(45)	(49)	(118)
<b>Total</b>	<b>(532)</b>	<b>(1.095)</b>	<b>(958)</b>

## 23. Outras Receitas Operacionais

	<b>2º Semestre</b>	<b>01/01 a 31/12/2016</b>	<b>01/01 a 31/12/2015</b>
Atualização de Impostos a Compensar	-	-	91
Recuperação De Encargos E Despesas	81	116	169
Atualização de Depósitos Judiciais	3	5	7
Reversão de Provisões Operacionais	-	-	906
Outras	1	7	-
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>128</b>	<b>1.173</b>

## 24. Outras Despesas Operacionais

	<b>2º Semestre</b>	<b>01/01 a 31/12/2016</b>	<b>01/01 a 31/12/2015</b>
Provisões Operacionais			
Trabalhistas	(155)	(302)	-
Indenizações Trabalhistas	(20)	(20)	(304)
<b>Total</b>	<b>(175)</b>	<b>(322)</b>	<b>(304)</b>

## 25. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os valores diferidos foram calculados, substancialmente, sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa, sobre prejuízo fiscal e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados no Balanço Patrimonial nas rubricas de Outros Créditos - Diversos e Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, respectivamente.

	<b>01/01 a 31/12/2006</b>	<b>01/01 a 31/12/2015</b>
<b>Resultado antes da Tributação e deduzida da participações do lucro e JCP</b>	<b>31.525</b>	<b>4.703</b>
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(551)	(29)
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	51	58
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	53	62
<b>Base de cálculo - CSLL</b>	<b>31.025</b>	<b>4.732</b>
<b>Base de cálculo - IRPJ</b>	<b>31.027</b>	<b>4.736</b>
CSLL - 20%	(6.205)	1.453
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(7.699)	(1.184)
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(13.904)</b>	<b>269</b>
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	(13.904)	269

## 26. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo as regulações pertinentes.

Neste sentido, o Comitê de Diretoria é a autoridade superior nas decisões quanto ao apetite a risco e a necessária alocação de capital do Conglomerado. As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de risco e de capital, bem como os limites de risco, são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da Instituição.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

Em conformidade com a regulamentação do Bacen, o Banco disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de riscos publicamente no website: [www.original.com.br](http://www.original.com.br).

#### a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como, a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, além de indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Segundo a Resolução 3.380/06, incluem-se nos eventos de risco operacional: fraudes internas e externas; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da Instituição; danos a ativos físicos próprios ou de uso pela Instituição; aqueles que acarretam interrupção de atividades; falhas em sistemas de tecnologia da informação; e demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado Original visa identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

#### b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda os requisitos da Resolução 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria.

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- VaR (Valor em Risco)
- Stress Test
- Stop Loss
- Análise de Sensibilidade

#### c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê de Diretoria. Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução 4.090 de 24 de maio de 2012. A definição dos limites, da periodicidade de monitoramento e a revisão das normas são de responsabilidade da Diretoria Executiva de Riscos e aprovadas na alçada do Comitê de Diretoria.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas responsáveis pela gestão de liquidez as informações necessárias para tal.

Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Conglomerado, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de Caixa
- Teste de Estresse
- Caixa Mínimo

#### d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamento das obrigações creditícias das contrapartes do banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura financeira particular ou inversões de cenários macroeconômicos em sentido amplo ou a desvalorização de instrumentos financeiros e garantias correlatas.

A Diretoria do Conglomerado é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

A Diretoria Executiva de Riscos cabe propor a Diretoria os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda a Diretoria Executiva de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

### 27. Outras Informações

#### a. Garantias Prestadas

Em 31 de Dezembro de 2016, não foram concedidos avais de fianças à terceiros pelo Banco, mediante comissão que estão sujeitas a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários.

\*\*\*\*